

Relatório destinado ao (FMI) sugere mudanças no tratamento da dívida

por **Guilhermes Barros**
do Rio

O grupo de trabalho do Grupo dos 24 no Fundo Monetário Internacional (FMI) — que representa os países mais pobres associados ao Fundo, entre os quais o Brasil — elaborou um relatório no último fim de semana, em Washington, na sede do FMI, recomendando a mudança de postura da instituição nas negociações das dívidas externas dos países devedores. O documento pede, entre outras sugestões, maior sacrifício dos países credores nas negociações da dívida, mecanismos de defesa para os devedores em caso de choques externos e melhor avaliação da capa-

cidade de pagamento da dívida de cada um dos países devedores, com propostas de "wrigth-off" (perdão parcial da dívida), capitalização dos juros e conversão da dívida em capital de risco.

FMI AVALIARA RELATÓRIO

Essas informações foram dadas pelo economista da PUC-RJ, Edmar Bacha, que participou da reunião como consultor e membro do grupo de trabalho. Ele explicou que esse documento será avaliado em abril pelo comitê interino do FMI após ser apreciado politicamente pelo Grupo dos 24, também no mesmo mês. O grupo de trabalho que se reuniu no fim da semana passada contou com

a participação de dois outros brasileiros, Pedro Malan e Sérgio Amaral, além de representantes da Índia, do México, da Iugoslávia, do Irã, de dois países africanos e de diretores do FMI.

De acordo com Bacha, o relatório do grupo de trabalho conclui, em síntese, que há necessidade de uma série de modificações nos programas de ajustamento do FMI. Ele disse que essa conclusão se baseia, inclusive, nas propostas apresentadas pelo Plano Baker, nas dificuldades do acordo com os credores na negociação na dívida mexicana e, ainda, na própria decisão do Brasil de suspender o pagamento dos juros de sua dívida externa.

MUDANÇAS NOS PROGRAMAS

Bacha destacou três pontos principais sugeridos no documento para mudanças nos programas de ajuste do FMI. Em primeiro lugar, a necessidade de que os programas do FMI não tenham condicionalidades apenas para os países devedores, mas também para os credores. A idéia, explicou, é de que as estimativas de financiamento externo para os países devedores levem em conta também as taxas históricas de crescimento de cada um dos países e não conte apenas com os recursos limitados do FMI. Acrescentou que, atualmente, existe uma grande assimetria nos acordos com o FMI em que só os devedores têm de juntar-se.

Outra proposta do documento é que nos programas de ajuste do FMI sejam considerados mecanismos

de contingência para os devedores no caso de choques externos (taxas de juro, preços do petróleo, preços dos produtos de exportação e crescimento da economia mundial). Na economia internacional, também, os programas do FMI devem prever mecanismo de defesa capazes de estender os financiamentos externos para os países devedores.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

A terceira recomendação ressaltada por Bacha foi a de que o FMI adote, em seus programas, uma política voltada para a reconstrução das dívidas através da capacidade efetiva de pagamento de cada um dos países endividados. Em vista dessa capacidade de pagamento, o documento sugere medidas como perdão parcial ou total da dívida, capitalização dos juros e conversão da dívida em capital de risco. Bacha informou que essa sugestão foi influenciada principalmente pela decisão do Brasil de decretar a moratória técnica de sua dívida externa.

Para o professor Bacha, esta é a primeira vez que está sendo proposto ao Grupo dos 24 — observou que ainda precisa passar pelo crivo político da reunião de abril — pelo seu grupo de trabalho no FMI recomendações muito precisas em relação à negociação da dívida. Ressaltou, ainda, que o Grupo dos 24 possui apenas 30% dos votos no "board" do FMI e ele acha que essas sugestões só deverão chegar ao "board" do FMI na reunião anual de setembro.